



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**REQUERIMENTO DE APENSAÇÃO Nº**  
*(do Deputado Filipe Barros)*

Apresentação: 11/07/2025 17:28:53.957 - Mes

REQ n.2737/2025

Requer a apensação do **PL nº 2.147/2025** ao **PL nº 2.519/2019**, por se tratarem de matérias correlatas.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 142, combinado com o art. 143 do Regimento interno da Câmara dos Deputados, a apensação do **Projeto de Lei nº 2.147/2025** ao **Projeto de Lei nº 2.519/2019**, considerando que os temas são conexos e que se encontram em fase que se permite a apensação, conforme as disposições regimentais sobre o instituto.

**JUSTIFICAÇÃO**

Tramitam nesta Comissão Permanente os Projetos de Lei nºs 2.519/2019 e 2.147/2025, que, na nossa avaliação, tratam de matérias correlatas. Ambos os projetos propõem alterar dispositivos da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). O PL nº 2.147/2025 dispõe sobre a transferência de recursos do FNSP para os estados enfrentarem crimes transfronteiriços. O PL nº 2.519/2019, a seu turno, visa permitir que recursos do FNSP sejam aplicados em ações de segurança pública na faixa de fronteira, incluídos o combate à criminalidade transfronteiriça e a repressão e prevenção de crimes que possam impactar a política de segurança pública.



O art. 142 do Regimento Interno define que, estando em curso duas ou mais proposições da mesma espécie, que tratem de matéria idêntica ou correlata, é lícito promover sua tramitação conjunta, mediante requerimento de qualquer Comissão ou Deputado ao Presidente da Câmara.

A afinidade temática entre os projetos, voltada à transferência de recursos do FNSP para os estados enfrentarem crimes transfronteiriços, possibilita a análise conjunta no Congresso Nacional, promovendo maior eficiência legislativa ao evitar esforços duplicados, agilizar a tramitação e concentrar as discussões em torno de propostas complementares. Com isso, reduz-se o risco de interpretações conflitantes ou de sobreposição de medidas eventualmente já aprovadas.

Dessa forma, a apreciação conjunta desses Projetos de Lei contribui para uma abordagem mais eficaz e consentânea da matéria, além de contribuir para a efetividade do processo legislativo.

Ante o exposto, requer-se o deferimento da apensação do PL 2.147/2025 ao PL 2.519/2019.

Brasília, 09 de julho de 2025.

*assinado eletronicamente)*

**Deputado Filipe Barros**  
**Presidente**

